



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

*Rendimientos académicos y eficacia social de la
Universidad*

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA REDUZINDO FRONTEIRAS E APROXIMANDO CONTINENTES: EXPERIÊNCIAS DE UM CURSO A DISTÂNCIA BRASILEIRO EM MOÇAMBIQUE

Marcos Tanure Sanabio - UFJF

Ricardo Rodrigues Silveira de Mendonça - UFJF

Olga Ennela Bastos de Cardoso - UFJF

Diovana Paula de Jesus - UFJF

Resumo: O presente artigo tem por objetivo trazer para discussão acadêmica o contexto de implantação do curso de graduação em Administração Pública, ministrado na modalidade a distância, em Moçambique, possibilitado a partir de uma de cooperação internacional entre o governo brasileiro (sob a chancela do Sistema Universidade Aberta do Brasil/MEC) e duas instituições moçambicanas de ensino superior – Universidade Federal de Juiz de Fora e Universidade Eduardo Mondlane. Deste modo discutem-se as potencialidades de uma proposta de associação internacional para viabilizar uma proposta de ensino superior na modalidade a distância, tendo em vista as necessidades específicas do contexto do país e também dessa modalidade de ensino. Especificamente, a partir das experiências didático-pedagógicas construídas ao longo do processo de ensino mencionadas no decorrer do artigo, explicita-se o processo de construção da estrutura curricular, da certificação, carga horária decorrente das legislações dos dois países, o desenho pedagógico do curso, avaliação, entre outros. Como considerações finais, o artigo trata da relevância desse tipo de cooperação internacional dentro de um contexto de internacionalização do ensino e inserção do mesmo na sociedade do conhecimento.

Palavras chave: Educação a Distância, Internacionalização do ensino, Educação comparada.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

1. Introdução

Em um contexto onde a educação torna-se cada vez mais uma necessidade imperativa para inserção no contexto de globalização, impulsionada por organismos mundiais que visam estimular a formação dos sujeitos na sociedade do conhecimento (CHAUÍ, BERNHEIM, 2008), trazem uma nova configuração para a educação, em seu sentido mais amplo. A intensificação e concentração de esforços em escala mundial envolvendo tanto as práticas didático-pedagógica, quanto as demais atividades de apoio que compõem o escopo de atuação da Educação a distância, já permitem visualizar uma moldura de implementação capaz de superar barreiras e, principalmente, reduzir fronteiras que antes eram mensuráveis apenas e tão somente pelo chamado espaço geográfico. Neste sentido, a adoção sistemática de novas tecnologias de informação e comunicação, aplicadas ao escopo educacional têm possibilitado inserções, cada vez mais ousadas e, portanto, impregnadas de uma proposta vanguardista, na medida em que as novas relações entre tempo e espaço assumem atualmente proporções cada vez mais reduzidas.

O presente trabalho se propõe a apresentar um relato sobre uma experiência que pode ser considerada, ainda que preliminarmente, como única, ímpar e inovadora envolvendo esforços conjuntos e recíprocos depreendidos por duas Instituições de Ensino Superior, distanciadas geograficamente por aproximadamente 4.500 milhas sobre o oceano Atlântico, que separam fisicamente o Brasil e a República de Moçambique, sediada no hemisfério sul do Continente Africano. Assim, por intermédio da ativação de uma política internacional de cooperação envolvendo os governos dessas duas nações, denominada por esforços de aproximação no eixo sul/sul, surge a perspectiva da implantação do curso a partir da UAB/MEC, implantado por meio de uma parceria que enlaça a Universidade Federal de Juiz de Fora e a Universidade Eduardo Mondlane.

O objeto aqui estudado é o próprio curso de Administração Pública, fruto desse Programa de apoio à expansão da educação superior a distância em Moçambique. O ineditismo da experiência em particular, em um contexto de globalização dos processos educativos, no âmbito da pós-modernidade, constitui a motivação das reflexões aqui expressas.

Assim, nossas investigações buscam significações em um quadro mais teórico, referente aos aspectos característicos da contemporaneidade que impactam e formatam as experiências de formação nas diversas sociedades. Neste ínterim, do ponto de vista empírico, buscou-se focar na construção de uma estrutura de curso que permitiu organizar as ações dos sujeitos que participaram do processo de concepção do mesmo. Nosso objetivo, aqui, é ofertar um pequeno panorama acerca dos aspectos determinantes da condução do curso e, de modo específico, das disciplinas que formam a sua grade curricular.

Iniciaremos, portanto, refletindo sobre aspectos teóricos julgados pertinente à questão aqui apresentada, e, mais adiante avançaremos com uma análise da situação educacional de Moçambique; alusões sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o curso de bacharelado em Administração Pública, EaD; uma sucinta apresentação da Universidade



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Eduardo Mondlane; o detalhamento do desenho pedagógico do curso e, por fim, as considerações finais.

2. Educação a Distância no contexto da internacionalização

O ensino a distância é uma prática bastante recente no cenário nacional, ganhando reconhecimento e representação na esfera educacional na metade do século XX. Inicialmente, a modalidade aparecia como alternativa empregada principalmente na educação não formal (ALMEIDA, 2002, et al). Décadas se passaram até que tal prática fosse progressivamente regularizada e regulamentada pela esfera governamental, que sistematiza de forma concreta, o ensino no Brasil. Atualmente, a educação a distância (EaD) goza de uma estabilidade, no que diz respeito a ocupação de um papel e lugar de destaque no cenário acadêmico, bastante significativa, conquistada ainda que com certas dúvidas e críticas inerentes a esse modelo de ensino.

O anterior surgimento e o atual aperfeiçoamento das Tecnologias de Informação e Comunicação vêm se atrelando ao ensino a distância com muito sucesso, incorporadas como interface de ferramenta, proporcionando, com isso, uma intensa mudança até na própria forma de se entender e conceber o ensino a distância a partir de então (BELLONI, 1999, p.31). Entretanto, não é possível, descolar a esfera educacional do contexto em que a mesma se insere, que atualmente também se mostra permeado por essas tecnologias e sob este prisma, sociólogos contemporâneos como Castells (1999) partem da revolução da tecnologia da informação como pontapé de análise da complexidade da nova economia, sociedade e cultura em formação devido a sua penetrabilidade em todas as esferas da atividade humana.

Um novo sistema de comunicação que fala mais a língua universal digital está promovendo a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura como as personalizando ao gosto das identidades e humores dos indivíduos (CASTELLS, 1999, p. 40).

As relações transnacionais também aparecem nesse contexto como forma atual de cooperação para construção do conhecimento no ensino superior. Nesse contexto também se torna imperativo mencionar o caráter internacional do conhecimento contemporâneo. Como diz Chauí, “os estados têm fronteiras, o conhecimento, horizontes” (CHAUI, 2008, p. 14). A emergência de um conhecimento sem fronteiras em um mundo cada vez mais globalizado trás ao ensino superior uma gama de desafios com os quais ele tem que se defrontar.

A EaD reaparece, nesse espaço, renovada em suas técnicas de ensino e apoiada no uso de novas tecnologias. O ensino a distância reaparece, então, como proposta alternativa dentro da universidade objetivando dar conta principalmente de imperativos pós-modernos de formação (SILVA, 2006, p. 57).

No momento em que a procura da Universidade deixou de ser apenas a busca pela excelência, passou a ser também a procura de democracia e igualdade, os limites da congruência entre os princípios da democracia e da igualdade tornaram-se mais visíveis: tais como: compatibilizar a democratização do acesso com os critérios de seleção interna? Como



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

fazer interiorizar numa instituição que é, ela própria, uma “sociedade de classes” os ideias de democracia e igualdade? (SANTOS. 1997, p. 212).

Sobre a tecnologia digital, ao flexibilizar as relações entre espaço e tempo, Harvey (1992) nos fala da compressão espaço-temporal, como característica de uma cultura contemporânea que pode propiciar de forma bastante decisiva, a interação tanto entre pessoas como também dessas pessoas, com as informações disponibilizadas e as tecnologias em uso, ao mesmo tempo em que emprega mecanismos de busca e seleção de informações, tende a favorecer a mediação pedagógica e pode potencialmente criar espaços nunca antes imaginados para a representação do pensamento e produção de conhecimento (ALMEIDA, 2010, p. 106).

O uso de uma nova tecnologia educacional deve servir à educação, assim como a de qualquer profissional que se dedique a ela e, particularmente queira adquirir novas competências para trabalhar com as TIC's, repensando assim, sobre o seu papel como docente, sobretudo quando se trabalha com ensino a distância, buscando dentro de si um educador capaz não só de ensinar, mas que pode ir além, ao interpretar um importante papel mediador na construção de novos conhecimentos.

A Internet proporciona o acesso a dados e comunicação para milhões de pessoas, e o grande desafio para o professor é fazer a integração do seu uso na educação, como um instrumento de construção do conhecimento, permitindo construir a perspectivas para a realização de novas experiências. Em meio a tantas possibilidades oferecidas pelos hipertextos, pelas imagens, pelos vídeos e por tantas outras mídias, agora concentradas na *web*, torna-se difícil o aluno obter uma pesquisa de qualidade se não souber lidar com tanta informação de modo significativo para seu aprendizado.

Um ambiente de aprendizagem constitui-se do conhecimento prévio do aluno, aquele que ele traz em sua bagagem, de sua disposição do que pode fazer e daquilo que quer aprender. No ensino a distância, e em especial em uma modalidade que envolve duas instituições, o grande desafio é criar um ambiente no qual se possa descobrir potencialidades, adquirir autonomia, responsabilidade, disciplina, respeito aos outros e autoconfiança.

É possível considerar que alguns alunos de cursos à distância já desenvolveram “uma atitude e certas atividades de autoaprendizagem” que devem ser permanentemente reforçadas, mas, para isso, esses alunos que estavam acostumados com um ensino expositivo vão ter que aprender a conviver com um novo tipo de aprendizagem que, a princípio, pode parecer mais trabalhosa e exigente, mas que “também pode ser mais compensadora”.

Para Peters (2009):

Isso significa que um processo de auto-reflexão deve levar a uma mudança de atitude. Isso é uma pré-condição para uma redefinição de aprendizagem online. Este é um processo radical, já que a aprendizagem independente é o oposto da aprendizagem dependente. [...] É razoável que estudantes tradicionais devam ser motivados e apoiados quando começam a aprender desta forma, embora pareça um paradoxo. Além do mais podem ser desafiados por tarefas que não induzem a receber, armazenar e reproduzir conteúdos, mas sim a definir e alcançar eles mesmos objetivos de aprendizagem, a busca, encostar e avaliar eles mesmos informações que podem ser relevantes para resolver as tarefas de aprendizagem. A auto-aprendizagem



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

ativa pode se desenvolver desta forma (PETERS, 2009, p. 199).

Nesse cenário, no âmbito e espaço de ação do governo brasileiro, iniciativas passam a ser tomadas pelo governo brasileiro nos últimos anos que demonstram o interesse despertado em relação à inserção modalidade de ensino a distância na pauta nacional, assim como a relevância que a mesma vai adquirindo à medida que vão se conhecendo a funcionalidade e a eficiência que o ensino à distância traz para a educação. A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um dos produtos de uma política voltada para melhorar a qualidade da educação no país a partir da inserção do ensino a distância em um contexto institucionalizado. Desenvolvida e pensada pelo Governo Federal/MEC, convocou todos os órgãos governamentais ligados à educação a:

articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as universidades públicas e demais organizações interessadas, enquanto viabiliza mecanismos alternativos para o fomento, a implantação e a execução de cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada (UAB/CAPEES, 2013).

Se desenvolvendo de forma mais ou menos independente das críticas e dúvidas inerentes a sua existência e desenvolvimento, o ensino à distância é hoje uma realidade em nítida expansão, que rapidamente se insere no contexto de uma sociedade moderna neoliberal como uma das possibilidades de formação, que vêm em consonância com as necessidades de tal modelo societário.

Em meio a essa consolidação da EaD como prática de ensino no país, o governo brasileiro publica a Portaria N. 22/2010, e dá início a instituição do Programa de apoio à expansão da educação superior à distância na República Popular de Moçambique, seguida pela portaria 11/2011 que complementa a anterior e “Regulamenta a implantação do Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República de Moçambique, instituído pela Portaria Normativa nº 22, de 26 de outubro de 2010”. Dessa maneira, inicia-se um processo de implantação de alguns cursos à distância em Moçambique, que seguem parâmetros e determinações brasileiras e passam a servir de guia para uma política internacional de oferecimento de cursos à distância.

Em março de 2011 já tiveram início as primeiras aulas dos cursos de Graduação em Pedagogia, licenciaturas de Matemática e Biologia e o curso de Administração Pública, pouco tempo depois da primeira proposta de cooperação, datada de 2010. Isso se deu principalmente devido ao cenário político do momento, que conjugava o fim do mandato do presidente Luís Inácio da Silva a outras ações do governo brasileiro que intencionavam aumentar a sua influência frente a países africanos. UFJF, UNIRIO, UFF e UFG foram as quatro universidades brasileiras que se responsabilizaram pela consecução dos cursos, em parceria com as universidades Moçambicanas UP e UEM, em três polos. Esse é um projeto com previsibilidade de duração mínima de quatro anos e almejava, inicialmente, formar até 2018 2,5 mil professores da educação básica e seiscentos 600 servidores de Administração Pública. Entretanto, alguns problemas surgiram no decorrer do desenvolvimento dos cursos, ligados ao pagamento de bolsas, o que fez suspender a abertura de novas turmas. Para o ano de 2015, prevê-se a reabertura de vagas, em um número que ainda está sendo discutido



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

As propostas e ações referentes a investimentos estrangeiros na educação e mais propriamente na formação de professores e outros quadros superiores de Moçambique são apresentadas de forma mais intensa desde a sua independência, e são entendidas como fatores-chave para o desenvolvimento do país como um todo. Este desenvolvimento, especialmente nas províncias, remete-nos indubitavelmente à necessidade de formação e alocação quadros técnicos qualificados, dentre os quais se salientam os professores e os gestores públicos. É nesta perspectiva que os governos do Brasil e de Moçambique estabelecem acordo para a formação destes profissionais, contribuindo para o acesso equitativo à educação por parte dos cidadãos moçambicanos que, em sua maioria, vivem nas zonas rurais, distantes das sedes distritais e das instituições de ensino superior, fato este que por si só justifica a opção pela modalidade de ensino a distância.

Cumprе esclarecer que o crescimento econômico acelerado e a redução da pobreza, no país, tornaram-se prioridade explícita da política de desenvolvimento nacional, na qual a aposta pela educação configura-se como ponto central das ações. No chamado plano de Alívio e Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), produzido pelo governo, considera-se essencial aumentar o acesso das pessoas e, paralelamente, melhorar a qualidade de vida e do ensino para criar e sustentar novas oportunidades de instrução para os mais desfavorecidos, como também para os grupos até agora considerados como socialmente excluídos. De fato, Moçambique caracteriza-se pelo baixo índice de alfabetização da população aliado às fracas qualificações acadêmicas do corpo docente atuante nas escolas primárias e secundárias, por conta de dificuldades de acesso ao ensino superior, assim como aos programas de formação continuada voltados aos professores em exercício.

Hoje, o sistema de ensino público conta com cerca de 60 mil professores primários e oito mil no nível secundário, dos quais 31,7% não têm formação superior (MEC, 2009). Além disso, frente ao crescimento de matrículas no ensino primário e secundário, há demanda anual de 10 mil novos professores. Pela inexistência de um número suficiente de professores qualificados, anualmente são contratados cerca de dois mil docentes, sem qualquer formação psicopedagógica e didática, fato este que tende a interferir e impactar em certa medida, a qualidade do ensino ministrado nessas escolas. Já em relação aos quadros da Administração Pública, a situação não é tão diferente, visto que a demanda por formação de gestores em nível superior é premente, sobretudo nas províncias. Assim, a cooperação do Brasil com Moçambique¹, com a oferta de cursos a distância para formação de professores e gestores públicos, justifica-se pela contribuição significativa na formação de mais quadros superiores para o setor da gestão pública e da educação no nível distrital, especialmente àqueles que por razões econômicas e ou geográficas não poderiam participar de cursos presenciais nas capitais provinciais (ABC, 2010).

Essa característica de internacionalização da educação em si não é fato novo no ensino superior. Acordos de cooperação entre universidades a nível mundial e associação entre instituições nacionais e estrangeiras são situações que acontecem cotidianamente nas instituições, e essa expansão torna-se inevitável diante da sociedade globalizada. Chauí aponta que a própria ideia de educação para o século XXI deve se orientar para o convívio nessa



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

aldeia globalizada em que nos encontramos, a “aprender a aprender” nesse contexto (CHAUÍ, BERNHEIM, 2008, p. 23).

Associada a própria ideia de globalização neoliberal da universidade, a ruptura de fronteiras do ensino vem como um reflexo da natureza global do conhecimento, da pesquisa e da aprendizagem. Porém, essa globalização da universidade (SANTOS, 2008) que envolve o ensino superior e se associa à própria natureza do saber contemporâneo não vem se apresentando de forma homogênea ou mesmo igualitária no contexto dos países de Norte e Sul e, com isso, os países não participam com igualdade dessa academia mundial. Segundo Chauí:

No entanto, não podemos esquecer que a globalização pressupõe uma divisão social e econômica muito precisa entre o Norte e o Sul ou entre países centrais hegemônicos e países periféricos dependentes. Essa divisão significa que os acadêmicos, cientistas, artistas e intelectuais dos países periféricos dependentes não participam da academia mundial em condição de igualdade com os dos países centrais hegemônicos. O que acontece em pelo menos três aspectos principais: 1) há desigualdade com respeito aos recursos financeiros, instrumentais e técnicos para a pesquisa; 2) há desigualdade de oportunidades para divulgar e aplicar os resultados da pesquisa; 3) para terem entrada na academia mundial, os membros dos países periféricos dependentes concordam em restringir a sua pesquisa a problemas, assuntos, temas, métodos e técnicas definidos nos países centrais hegemônicos (CHAUI, BERNHEIM 2008, p. 14).

Nessa perspectiva, há uma tendência de se fomentar e intensificar formas de cooperação transnacional a partir de acordos bilaterais ou multilaterais como uma opção pertinente para pensar a formação superior. Boaventura (2008) se atenta para as potencialidades que esse tipo de associação pode implicar na formação dos alunos, em específico para colaboração de países de mesma língua, como é o caso de Brasil e Moçambique.

No caso dos países de língua oficial portuguesa, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é um espaço multilateral com um enorme potencial para a transnacionalização cooperativa e solidária da universidade. Aos países semiperiféricos deste espaço, Brasil e Portugal, cabe a iniciativa de dar os primeiros passos nessa direção: cursos de graduação e de pós-graduação em rede, circulação fácil e estimulada de professores, estudantes, livros e informações, bibliotecas online, centros transnacionais de pesquisa sobre temas e problemas de interesse específico para a região, sistema de bolsas de estudos e linhas de financiamento de pesquisa destinados aos estudantes e professores interessados em estudar ou pesquisar em qualquer país da região (SANTOS, 2008, p.85).

Ao pensar essa experiência de implementar um modelo de ensino a distância com bases e perspectivas brasileiras em outro país dentro desse contexto globalizado é importante se atentar para o que essa proposta de cooperação internacional pode significar e contribuir para a formação superior em Moçambique. Do mesmo modo, é importante procurar perceber se essa cooperação não se caracterizaria como um neocolonialismo, que Boaventura já teme (SANTOS, 2008, p. 40), e que possibilite trazer mínimas condições de emancipação dentro desse contexto.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

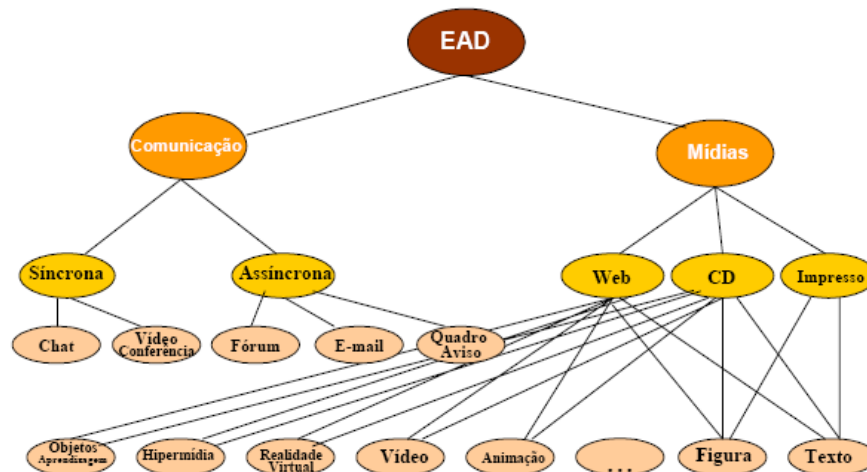
Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Dentro disso, então, surge a proposta de como estruturar um curso a partir de tão específicas características e contextos. Ainda que o convênio se firme com um país onde o próprio ensino a distancia ainda está se solidificando e ganhando uma crescente importância no sistema educacional, essa proposta de colaboração é um desafio que vem se configurando como algo inédito e, justamente por isso, desafiador. O principal intento que se traz para o presente artigo é o de como pensar em uma composição pedagógica, curricular e administrativa que de conta de resolver as implicações decorrentes dessa proposta de colaboração.

3. Referenciais de qualidade e o desenho pedagógico do curso

Estamos em uma era onde a Educação exige ciclos constantes e respostas imediatas, não mais delimitadas pelo limitado espaço da sala de aula. Neste panorama a incorporação de novas metodologias, técnicas e mídias à EAD viabilizam o desenvolvimento de desenhos pedagógicos de cursos, objetivando privilegiar o processo de interação entre docentes/tutores e alunos, conforme expõe Campos (2007, et al) com o apoio da figura 1 a seguir:

Figura 1: Tecnologias de Comunicação e Mídias para EAD



Fonte: Campos et al, (2007, p.35)

As especificidades do ensino a distância trazem, então, imperativos que tem o intuito de guiar a estruturação de um curso superior nesses moldes. Órgãos institucionais brasileiros, como o próprio Ministério da Educação, vêm a um tempo buscando estabelecer alguns elementos estruturantes capazes de nortear os cursos no formato da EAD, como o caso dos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, atualizado pela última vez em 2007.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Percebe-se que as orientações contidas neste documento norteiam e até mesmo induzem tanto a concepção de ensino a distância no país quanto na organização nacional desses sistemas. Sua preocupação central foi a de criar parâmetros que garantam a qualidade aos processos de EaD e coibir a precarização da educação superior. Assim, ainda que o documento afirme que não há a predisposição de um modelo único de EaD, e que cada programa deve ser adequado à natureza do curso e às reais condições do cotidiano e necessidades dos estudantes (BRASIL, 2007), os programas tendem a apresentar desenhos mais uniformes, assim como com a linguagem e recursos pedagógicos e tecnológicos empregados na estruturação dos mesmos, além da necessidade de apresentar alguns elementos básicos, dentro do próprio Projeto Político Pedagógico:

O primeiro elemento seria delimitar a concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem, sua opção epistemológica de educação, de currículo, de ensino, de aprendizagem, que baseiam o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. O segundo elemento, a preocupação com os sistemas de comunicação utilizados, pressupondo o uso *inovador* da tecnologia aplicada à educação, com vistas a promover uma efetiva interação no processo de ensino-aprendizagem a partir do princípio da interação e da interatividade (entre professores, tutores e estudantes) para o processo de comunicação se garanta.

O terceiro elemento é o desenvolvimento de um material didático que facilite a construção do conhecimento para mediar a interlocução entre estudante e professor por meio de um conjunto de mídias como o material impresso, vídeos, programas televisivos e radiofônicos, teleconferências, CD-ROM, páginas WEB e outros. A necessidade de avaliação, que apresenta as duas dimensões de avaliação de aprendizagem e do projeto pedagógico do curso aparece também como basilar ao projeto político pedagógico.

O quinto elemento aparece na necessidade de configuração de uma equipe multidisciplinar para o curso, e o sexto, na importância de Infraestrutura de apoio que dê suporte ao desenvolvimento dos cursos, ao número de alunos e aos recursos tecnológicos. Uma gestão acadêmico-administrativa eficiente e sustentabilidade financeira são respectivamente o sétimo e oitavo pontos colocados nos Referenciais de qualidade como necessários para garantir qualidade aos cursos oferecidos a distância.

No que diz respeito à análise da estruturação do curso de Administração Pública a distância em Moçambique e da construção de seu projeto político pedagógico, apresentam-se aqui elementos retirados do documento de Referenciais de Qualidade para o Ensino a Distância como categoria de análise. Deste modo, objetiva fazer um parâmetro do que é proposto como referência para consecução de um curso de qualidade com o que vem sendo construído no curso em parceria com a UFJF e a UEM.

3.1 Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem

Inicialmente, por questões de legislação, o curso assumirá duas nomenclaturas, sendo: Bacharelado em Administração Pública – UFJF e Licenciatura em Administração Pública – UEM. Cabe ressaltar ainda que, neste sentido, os alunos terão dupla certificação, com controle acadêmico executado por ambas as Universidades. A carga horária total é de 3.000 horas/aula,



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

ministrado em oito semestres, com mais um semestre para recuperação e resgate de disciplinas faltosas dos alunos. As disciplinas serão ofertadas por bimestres, em blocos de oito semanas. Importante relatar, que a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) encontra-se em amplo processo de discussão de formatação dos seus cursos de graduação ancorados no chamado Modelo de Bolonha². Aquela Universidade dispõe ainda de um Curso de Graduação Presencial em Administração Pública com carga horária de 5900 horas, correspondente a 236 créditos. Do total de horas supramencionado, 2304 horas corresponde ao tempo de contato direto com o docente e, 3596 correspondente ao remanescente de horas dedicados ao trabalho individual (atividades curriculares; práticas e leituras).

No 1º processo seletivo, ocorrido em 2010, foram oferecidas 90 (noventa) vagas, que foram distribuídas proporcionalmente para as três províncias envolvidas: Niassa (capital Lichinga)³, Sofala (capital Beira)⁴ e Maputo (capital Maputo)⁵. O Quadro a seguir apresenta um breve detalhamento das Províncias.

Quadro 1: Detalhamento das Províncias, MZ

Províncias	Detalhamento
NIASSA	Superfície: 122.176 km ² Limites: Norte: Tanzânia, Sul: Nampula Zambezia, Oeste: Lago Niassa e Malawi e Este: Cabo Delgado. Densidade Populacional: 6 habs/ km ² Etnias representativas: Macua, Ajaua e Nianja. Principais produções: Algodão, Sorgo, Madeiras e Pedras semi- preciosas. Capital: Lichinga, com 75 mil habitantes
Sofala	Superfície: 67.218 Km ² Limites: Norte: Tete e Zambeze, Sul: Inhambane, Oeste: Manica e Este: Oceano Índico. Densidade Populacional: 20 habitantes/Km ² Etnias Representativas: Sena e Ndau Capital Provincial: Beira, com 350 mil habitantes
Maputo	Superfície: 23.576 Km ² Limites: Norte: Província de Gaza, Sul: República da África do Sul, Oeste: Reino Swazi e Este: Oceano Índico (canal de Moçambique) Densidade Populacional: 44 habitantes/ Km ² Etnia Representativa: Tsonga Língua Local: Ronga Principais produções: Citrinos, Açúcar, Diatomites, Bentonite e Calcário Capital Provincial: Maputo, com 1 094 315 habitantes

Fonte: Caracterização Geral do Ministério da Cultura, MZ, 2011

Assim, de modo bem específico e até bastante peculiar, o curso é produto de um esforço coletivo de construção envolvendo professores das Universidades parceiras, pois das quarenta e seis disciplinas, vinte e cinco são oferecidas pela UFJF e vinte e um pela UEM. As demais oito disciplinas de Seminários Temáticos serão oferecidas e forma conjunta. A questão em tela pode ser considerada como de importância central para o provável sucesso do curso, pois ambas as Universidades oferecem cursos de Administração Pública, sendo a UFJF, na modalidade a distância e a UEM, na forma presencial. Ocorreu uma clara divisão no escopo



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

dos conteúdos. Ficando a UFJF com disciplinas de caráter geral e a UEM de caráter específico e, mais do que isso, contextualizado face à necessidade de construção de reflexões que envolvem análise sobre questões públicas de Moçambique. Cabe ressaltar neste íterim, que as disciplinas do curso são oferecidas em períodos de oito semanas – com ativação bimestral e com carga horária de 60 horas/aula e cada uma delas, composta por quatro unidades de conteúdos.

3.2 Sistemas de comunicação

Acredita-se ser possível fomentar o repensar de novas práticas pedagógicas que possibilitem aos alunos de EaD um aprendizado além dos ambientes virtuais de aprendizagem, de modo a levar o aluno a aprender e a buscar por conhecimentos que não sejam necessariamente monitorados ou mesmo mediados pelo professor/tutor.

Segundo Sancho (2006), um dos principais obstáculos para a escola e professores é justamente saber explorar o potencial deste conjunto de tecnologias o que “significa reconhecer e adotar visões educativas que permitam repensar o papel dos alunos, o conhecimento, a avaliação e a comunidade educativa na melhoria dos processos de ensino e aprendizagem”.

Moran (2001) defende a ideia de que as redes vêm trazendo mudanças na educação a distância, o que antes se apresentava como uma atividade solitária e com muita dedicação e disciplina do aluno. Agora, com o uso das redes, a EaD tem a possibilidade de combinar comunicação instantânea e aprendizagem em grupos, “descobrimos que se pode ensinar de forma menos individualista, mantendo um equilíbrio entre flexibilidade e interação”.

Considerando tais aspectos atividades de ensino-aprendizagem serão apresentadas nas modalidades: presencial, a distância e mista. As atividades presenciais compreendem a realização das Provas Presenciais (PP) e Trabalhos em Grupo com mediação dos tutores presenciais. Já na modalidade a distância utiliza o AVA (ambiente virtual de aprendizagem) na realização dos Fóruns, Chat e Atividades a distância (AAD), com mediação dos tutores a distância. De modo especial, o Trabalho em Grupo será realizado na modalidade mista (presencial e a distância), com o apoio da mediação realizada pelos tutores a distância e presencial. A Tabela 1 abaixo sintetiza a distribuição das atividades por semanas e percentuais de avaliação

Tabela 1: Síntese do Desenho Pedagógico das Disciplinas do curso ADM PUB.EaD.MZ

Semanas	Prova Presencial 60%	AVA 25%	Trabalho em Grupo 15%
1		Fórum	
2		CHAT	1ª Etapa
3		Fórum	AAD
4	1ª PP – 30%	CHAT	2ª Etapa
5		Fórum	
6		CHAT	3ª Etapa
7		Fórum	AAD
8	2ª PP – 30%	CHAT	4ª Etapa



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Fonte: Modelo elaborado pelos Autores

As principais atividades presenciais e a distância, trabalhadas durante o curso são o fórum, chat, atividade a distância, todas ofertadas em forma de tarefas, provas presenciais e trabalhos em grupos. O Fórum é composto de atividades assíncronas pontuadas que serão abertas na 1ª semana de cada capítulo, mediados pelos tutores a distância, os quais contém questões contextualizadas do conteúdo abordado. No conjunto da disciplina totalizam-se quatro fóruns, nas semanas ímpares (1ª, 3ª, 5ª e 7ª), podendo estes ser estendidos por duas semanas.

Já o chat se configura como atividades síncronas pontuadas que ocorre na 2ª semana de cada unidade. Também, abordando temas contextualizados do conteúdo ministrado, mediado pelos tutores a distância. No conjunto da disciplina totalizam quatro *Chats*, nas semanas pares (2ª, 4ª, 6ª e 8ª).

As atividades a distância são atividades assíncronas pontuadas programadas ao longo da disciplina, mediadas pelo tutor a distância, com apoio do tutor presencial. São atividades desenvolvidas individualmente que tem como objetivo uma reflexão do aluno sobre os conteúdos abordados nas unidades. No conjunto da disciplina totalizam duas Atividades a Distância, nas 3ª e 7ª semanas. Já as provas presenciais, aplicadas na 4ª e 8ª semanas, são compostas de questões discursivas: de duas a quatro questões e de questões objetivas: de cinco a dez questões. O percentual das questões discursivas e objetivas será de 50% para cada tipo.

O Trabalho em Grupo é no início da disciplina para elaboração ao longo das oito semanas. Este se apresenta configurado em quatro etapas até a sua conclusão. Organizado por uma equipe de cinco alunos é desenvolvido a partir da mediação do tutor presencial e apoiado pelo tutor a distância.

Ao iniciar de cada disciplina, o docente elabora o Plano Acadêmico da Disciplina (PAD) que é postado no Ambiente do AVA, onde o professor esclarece as atividades que serão desenvolvidas durante o período. Compõe o PAD o Capítulo, o objetivo de Aprendizagem, os conteúdos/Temas, Leituras, Fórum, Chat, AAD.

3.3 Infraestrutura de apoio

O Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA assume a condição de um dos principais elementos no desenvolvimento das atividades pedagógicas do curso. No caso específico da primeira turma (90 alunos) do curso em Moçambique, foram estruturados três ambientes para distribuição dos alunos, sendo um voltado para cada polo (Beira, Lichinga e Maputo) com trinta alunos inseridos.

A proposta objetiva privilegiar o processo de integração e interação dos alunos localizados em Províncias e regiões com características diferenciadas. Na presente configuração, o Tutor a Distância é o responsável pela dinamização do processo de estudo dos trinta alunos vinculados ao seu polo de atuação. Por fim, cumpre esclarecer que o Projeto Pedagógico e as negociações entre as Universidades determinam que haja produção de



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

materiais didáticos para cada disciplina e assim, da Grade Curricular do curso, composta conforme mencionado anteriormente por 54 disciplinas, os conteúdos para dez delas foram aproveitados integralmente dos originais elaborados anteriormente para a versão brasileira do PNAP – Programa Nacional de Formação em Administração Pública, que o UFJF já faz parte com turmas de graduação a distancia desde o ano de 2007 – nove disciplinas demandaram por adaptações e para as vinte e sete restantes, os conteúdos serão elaborados em versão original. Já as oito disciplinas complementares (Seminários Temáticos I, II e III; Seminário Temático de Formação I, II, III e IV; e TCC) não demandam pela produção específica de material didático em base texto.

3.4 Avaliação

No que tange ao processo de Avaliação das disciplinas este é mensurado através do somatório das notas e presença nas atividades. As Tabelas 2 e 3 a seguir explicam os detalhes:

Tabela 2: Notas e percentuais

<i>Atividades</i>	<i>Percentual</i>
Prova Presencial	60%
Fóruns, Chats e AADs	25%
Trabalho em Grupo	15%
Total	100%

Fonte: UFJF, 2010

Tabela 3: Presença e percentuais

<i>Atividades</i>	<i>Percentual</i>
Prova Presencial	60%
Fóruns, Chats, AADs e Trabalho em Grupo	40%
Total	100%

Fonte: UFJF, 2010

A nota final da Prova Presencial é obtida pelo somatório das duas provas presenciais. O aluno que perder uma única prova presencial realiza uma prova de caráter substituto. Aquele aluno que perder as duas provas presenciais é reprovado automaticamente na disciplina em questão. Em contra partida, é considerado aprovado na disciplina o aluno que obtenha 50% do total das avaliações. Ainda, caso o aluno não seja aprovado, pode realizar uma prova de recuperação, escolhendo a 1ª ou 2ª prova presencial, para ser substituída.

Além da nota mínima de 50% da avaliação total na disciplina, o aluno deverá obter 75% de presença nas atividades. Entende-se por presença no ambiente virtual tanto a realização das provas presenciais nas datas agendadas quanto a nós Fóruns, Chats e AADs dentro dos prazos agendados e a entrega do Trabalho em Grupo.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

3.5 Gestão acadêmico-administrativa e equipe multidisciplinar

Santos (2004) observa que os processos de internacionalização da educação permite um aprofundamento dos saberes culturais entre os parceiros. Ainda, o autor aponta que mesmo imbuídos do propósito de aprendizagem múltipla, ameaças existem, qual sejam da tentativa de homogeneização cultural e do favorecimento dos interesses de alguns dos parceiros. Contudo, Boaventura de Souza Santos ensina que qualquer ação de integração e desenvolvimento de sistemas educativos entre países deve promover e propiciar o respeito pelo diferente e da diversidade.

A partir das constatações de Souza (2005), na fase de negociação entre a UFJF e a UEM, nos idos de 2010, buscou-se estruturar um curso que se respeita os interesses, as peculiaridades e os aspectos culturais moçambicanos e brasileiros. Sendo assim, a gestão acadêmico-administrativa sempre foi partilhada, havendo duas equipes de coordenação em cada país.

A coordenação moçambicana é exercida por um docente vinculado ao Departamento de Administração Pública e Ciências Sociais da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da UEM, gerencia os esforço de uma equipe composta por um coordenador adjunto e um técnico para assuntos de registro acadêmico. A gestão acadêmico-administrativa moçambicana conta com três profissionais do Centro de Educação a Distância (CEND/UEM), que promovem suportes pedagógicos aos docentes e tutores da UEM.

Por sua vez, a coordenação brasileira é composta por um docente da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC/UFJF), por um coordenador pedagógico e por um técnico para suporte pedagógico. Pela especificidade da gestão da plataforma Moodle, o suporte tecnológico é exercido pelo Centro de Educação a Distância (CEAD/UFJF).

3.6 Sustentabilidade financeira

O financiamento das atividades do curso foi regulado inicialmente, pela Portaria Normativa N° 22, de 26 de outubro de 2010, do Ministro da Educação, que Institui o Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República Popular de Moçambique, e dá outras providencias, em especial no parágrafo único do seu artigo 2°:

Art. 2° Caberá à CAPES coordenar o Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República Popular de Moçambique, em estreita cooperação com instituições de ensino superior brasileiras participantes do Sistema UAB e instituições de ensino superior da República Popular de Moçambique, bem como disciplinar, na forma legal, o detalhamento relativo à sua implementação.

Parágrafo único. Para consecução dos objetivos do Programa, caberá à CAPES coordenar o processo de concessão de bolsas de estudo e de auxílios no exterior e de cooperação internacional, nos termos do seu Estatuto (MEC, 2010).



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Posteriormente, a partir do Termo de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, do Ministério das Relações Exteriores e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), número BRA/04/044-UAB-282 e Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do “Programa de Cooperação entre a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Ministério da Educação (MINED), a Universidade Pedagógica (UP) e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) de Moçambique”, com vigência até 30/12/2019 (ABC, 2013) fica ratificada a participação da própria ABC e da CAPES no financiamento das bolsas para coordenação, equipe multidisciplinar, docentes e tutores, de ambos os países, e dos custeios para manutenção do Programa.

4. Considerações finais

Tomando por base os relatos preliminares envolvendo o desdobramento das primeiras disciplinas colocadas em carga, associados ao acesso permanente aos dispositivos de monitoramento e controle, disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem e que, por sua vez, permitem observar e acompanhar a participação dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, proposto pelo curso em pauta, pode-se afirmar que, se por um lado existem algumas dificuldades e, de certa forma limitações de ordem técnica, que ainda causam alguma instabilidade no uso da plataforma, por outro é possível perceber a importância deste projeto face às características de ineditismo já descritas anteriormente, e que em síntese, têm reflexo de nitidez na percepção positiva de todas as partes interessadas com o transcurso e avanço das operações.

Percebe-se que há muito para se aprimorar no que tange à utilização de outros recursos no ensino a distância, modalidade que vem crescendo vertiginosamente, inquietação que surgiu da constatação de que há a necessidade de investigar e experimentar o uso de novas estratégias de aprendizagem voltadas à esta modalidade de ensino.

Neste sentido, cabe ressaltar em primeira instância, a força de vontade, a determinação e o comprometimento dos Alunos Moçambicanos, muitos dos quais procuram superar cotidianamente, limitações impostas por distâncias quilométricas que os separam dos polos de apoio presenciais aos quais estão vinculados; dificuldades com os frágeis níveis de conectividade com a Internet, pois impactam de forma intermitente o acesso ao ambiente virtual de aprendizagem, dentre outras que podem ser consideradas de menor calibragem.

Tal percepção clarifica, valida e, paralelamente estimula, não só a continuidade, como também e principalmente, a necessidade de ampliação dos esforços envidados pela equipe multiprofissional diretamente engajada no projeto, na medida em que todos, literalmente acreditam no sucesso desta proposta e, mais do que isso, acreditam fundamentalmente no poder transformador da Educação, encarada aqui em sentido amplo, pois sobre sua égide, várias outras transformações certamente advirão, mais cedo ou nem tanto, mas virão. Assim, os laços de cooperação internacional, construídos e estabelecidos ainda em 2010, no âmbito dos governos do Brasil e Moçambique, ganham força e se consolidam por intermédio deste



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

proceso, cuja mediação e desdobramento operatório estão a cargo de duas conceituadas Instituições de Ensino Superior, separadas geograficamente, mas irmanadas no firme propósito de contribuir no limite de suas possibilidades, potencialidades e competências acadêmicas, para juntas possam fazer deste esforço, uma experiência sem precedentes nas suas respectivas trajetórias, enquanto polos difusores e disseminadores do conhecimento, impulsionadas pela hélice tripla enlaça: ensino, pesquisa e extensão.

Assim, conforme mencionado no início deste relato, em Educação a distância, se pode afirmar em tom categórico, que não há um modelo que possa ser considerado como padrão e, portanto, pronto na sua essência e, assim, as imperfeições e imprecisões evidenciadas neste processo servem de base e estímulo para validar a busca pela melhoria contínua, pois com o apoio e amparo desta perspectiva pode-se buscar por avanços ainda mais significativos num futuro que se estima próximo.

5. Notas explicativas

¹Base Legal: Acordo Geral de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, firmado em 15 de Setembro de 1981 e promulgado em 09 de Julho de 1984.

²“O Modelo de Bolonha, isto é, a produção de uma política pública de um meta-Estado para um meta-campo universitário”, constituindo-se em uma política educacional supranacional, comum aos estados-membros da União Europeia, com vista à construção de um “espaço europeu de educação superior”. O processo político e de reformas institucionais, realizado por cada governo nacional, conduzirá ao estabelecimento efetivo do novo sistema europeu de educação superior até 2010, incluindo atualmente 45 países – todos os da UE e outros 18 países europeus não pertencentes a ela. Nesse sentido, por se tratar de um vastíssimo número de “subsistemas nacionais” e de instituições educativas, atribui-se um grande protagonismo às questões relativas à “garantia de qualidade”. Lima et al, 2008

³NIASSA: Caracterização Geral (Ministério da Cultura, MZ, 2011). Disponível em :
<<http://www.mitur.gov.mz/potencial/niassa.htm>>

⁴SOFALA: Caracterização Geral (Ministério da Cultura, MZ, 2011). Disponível em:
<<http://www.mitur.gov.mz/potencial/sofala.htm>>

⁵MAPUTO: Caracterização Geral (Ministério da Cultura, MZ, 2011)
<<http://www.mitur.gov.mz/potencial/maputop.htm>>.

6. Referências e citações

ABAR, C. A.; ALMEIDA, P.; BARBOSA, L. M. **Webquest: um desafio para o professor**. São Paulo: Avercamp, 2008

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC) DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Programa de Implantação da Universidade Aberta do Brasil – UAB em Moçambique**. Ministério da Educação: 2010.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC) DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento**, do Ministério das



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Relações Exteriores e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), número BRA/04/044-UAB-282 e **Ajuste Complementar** ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do “Programa de Cooperação entre a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Ministério da Educação (MINED), a Universidade Pedagógica (UP) e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) de Moçambique”: 2013.

ALMEIDA, M. E. B. A teorias principais da andrologia e heutagogia. In: LITTO, F.; FORMIGA, M. (Org.) **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo, Pearson Education do Brasil, 2009.

BARRETO, C. C. **Manual Impresso para Educação a Distância Planejamento e Elaboração de um Sistema Instrucional**. CECIERJ - Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro – Consórcio CEDERJ, 2007.

BERNHEIM, C. T; CHAUI, M. S. **Desafios da Universidade na Sociedade do Conhecimento**: cinco anos depois da Conferencia sobre ensino superior. Brasília: UNESCO, 2008. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422POR.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2013.

Santos B. S.; ALMEIDA FILHO N. A. **Universidade no século XXI**: para uma universidade nova. Coimbra: Almedina; 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 04, de 2005. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 13 jul. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf>. Acesso em: 05 Ago. 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20.12.1996**). LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL, Ministério da Educação. **Institui o Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República Popular de Moçambique**. Portaria n. 22/2010, 27 de Agosto de 2010.

BRASIL. Portaria N. 931, Março de 2005. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/saeb/2005/portarias/Portaria931_NovoSaeb.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2010.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

CAMPOS, F. C. A.; COSTA, R. M. E.; SANTOS, N. **Fundamentos da Educação a Distância, Mídias e Ambientes Virtuais.** CECIERJ - Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro – Consórcio CEDERJ, 2007.

LIMA, L. C.; AZEVEDO, M. L. N.; CATANI, A. M. **O Processo de Bolonha, A Avaliação da Educação Superior e Algumas Considerações sobre a Universidade Nova.** Avaliação, Campinas: Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008.

MOÇAMBIQUE, Ministério da Educação e Cultura. **Potencialidades Turísticas do País por Regiões e Províncias.** Disponível em <<http://www.mitur.gov.mz/potencial.htm>>. Acesso em 27 Mar. 2011.

MOÇAMBIQUE, Ministério da Educação e Cultura. **Estratégia do Ensino Secundário Geral 2009 – 2015,** 2009. Disponível em: <http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Mozambique/Mozambique_Estrategia_ensino_secundario_2009-2015.pdf>. Acesso em: 05 Ago. 2013

MORAN, J. M. **As possibilidades das redes de aprendizagem.** Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/redes_aprendizagem.htm>. Acesso em 25 Fev. 2012.

PETERS, O. **A educação a distância em transição: tendências e desafios.** Rio Grande do Sul: Unisinos, 2009.

SANCHO, J. M. [et al.]; tradução Valério Campos. **Tecnologias para transformar a Educação.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A Universidade no Séc. XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade.** São Paulo: Cortez Editora, 2004.

UAB/CAPES. **O que é.** Disponível em: <http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=18>. Acesso em: 05 Ago. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Administração Pública, modalidade a distância,** 2010.